



MANDOS E DESMANDOS: O ESTADO BRASILEIRO E A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC

Fátima Regina Portela de Menezes

fatima.portela@outlook.com

Universidade Federal do Ceará

Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória institucional do Ministério da Cultura e sua estreita relação com o Estado brasileiro em diferentes contextos e configurações históricas. Ao trilharmos esse estudo temos a intenção de adentrarmos e criarmos diferentes veredas para ampliar e compreender os interesses que permeia as relações de mandos e desmandos entre o Estado brasileiro e o Ministério da Cultura ao longo da sua trajetória institucional. Apesar de ser um ministério jovem o MINC tem sua história marcada por períodos de extinções, rebaixamento a secretaria, um orçamento insignificante, troca - troca de ministros e tantos outros entraves. Na perspectiva de alguns estudiosos sobre políticas públicas de cultura, como Calabre (2005), por exemplo, no caso do Estado brasileiro podemos perceber um movimento de constante descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura. E um processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos. Segundo Durand (2001) alguns anacronismos, ambigüidades, indefinições e vazios da gestão cultural pública são características da política pública cultural no Brasil. Na perspectiva de Rubim (2007) a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: ausência, autoritarismo e instabilidade. Analisarmos a trajetória institucional do MINC é também estudarmos a formação do Estado brasileiro, as configurações, os tipos e modelos da relação Estado/Sociedade Civil e quais as “vias” e caminhos o Brasil trilhou para construir, em especial suas políticas culturais. Em momentos de crise é sempre importante analisarmos a nossa formação, para abriremos clareiras diante de cenários tão obscuros de autoritarismo, casos de corrupção, fatos explícitos de usos e abusos de poder para benefícios individuais em detrimento de um projeto coletivo, que configuram atualmente no cenário de um Golpe parlamentar, jurídico e midiático disfarçado de impeachment. Nos dias presentes nunca se fez tão necessários estudos sobre o Estado brasileiro quanto nos tempos presentes. Pois a atual conjuntura do nosso país exige de nós, cientistas sociais, pesquisadores de políticas públicas e cidadãos, olhares atentos, mentes inquietas e questionadoras para (re)tematizar radicalmente o Estado e seu papel. E como bem disse Rubim (2011) “Não à maneira antiga: como Estado todo poderoso e acima da sociedade. Mas também não à maneira recente: Estado mínimo, apático, ausente e pretensamente neutro, técnico e tecnocrata.”



ABSTRACT

This article aims to analyze the institutional trajectory of the Ministry of Culture and its close relationship with the Brazilian State in different contexts and historical configurations. As we study this study, we intend to enter and create different paths to broaden and understand the interests that permeate the relations of command and control between the Brazilian State and the Ministry of Culture throughout its institutional trajectory. Despite being a young ministry the MINC has its history marked by periods of extinctions, demotion of the secretariat, an insignificant budget, exchange - an exchange of ministers and many other obstacles. In the perspective of some scholars on public cultural policies, such as Calabre (2005), for example, in the case of the Brazilian State we can perceive a movement of constant discontinuity in the process of elaboration of public policies in the area of culture. And a process of eternal resumption, of experiences that few traces left, lack of records, little systematicity in actions, generated some perverse effects, with great waste of financial and human resources. According to Durand (2001), some anachronisms, ambiguities, indefiniteness and voids of public cultural management are characteristics of public cultural policy in Brazil. According to Rubim (2007), the history of cultural policies of the Brazilian national state can be condensed by the activation of expressions such as absence, authoritarianism and instability. To analyze the institutional trajectory of the MINC is also to study the formation of the Brazilian State, the configurations, the types and models of the State / Civil Society relationship and what the "ways" and paths Brazil has worked to build, especially its cultural policies. In times of crisis, it is always important to analyze our formation, to open clearings in the face of such obscure scenarios of authoritarianism, cases of corruption, explicit facts of uses and abuses of power for individual benefits over a collective project, of a parliamentary, legal and media coup disguised as impeachment. In the present day, no studies on the Brazilian State were ever so necessary as in the present times. For the current conjuncture of our country demands from us, social scientists, public policy researchers and citizens, attentive eyes, restless and questioning minds to radically re-thematize the State and its role. And as Rubin said (2011) "Not the old way: as a state all powerful and above society. But also not in the recent way: a minimal state, apathetic, self-sufficient and allegedly neutral, technical and technocratic. "

Palavras - Chave

Estado, Ministerio da Cultura, Trajetória Institucional

Keywords

State, Ministry of Culture, Institutional Trajectory



I. Introdução

O presente artigo surgiu como uma necessidade para questionarmos e refletirmos sobre o atual contexto de crise democrática no qual o Brasil está imerso. Atualmente nunca se fez tão necessários estudos e diálogos sobre o Estado brasileiro quanto nos tempos presentes. Pois a atual conjuntura do nosso país, diante de mais um golpe (2016) exige de nós cidadãos, olhares atentos, mentes inquietas e questionadoras, pois estamos diante de um Golpe parlamentar, jurídico e midiático disfarçado de *impeachment*.

Volta e meia na história do nosso país, quando estamos diante de crises democráticas ou passando por reformas estruturais que seguem o receituário neoliberal, as assim chamadas “reformas do estado” temos como consequência a deterioração das políticas sociais e agravamento das condições sociais.

Com o atual golpe em curso sofremos a decadência e o retrocesso em políticas sociais, que se agravará com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241. Embora diante de várias manifestações e ocupações de escolas e universidades contrárias a aprovação da referida PEC a mesma é aprovada. O objetivo dessa PEC é reduzir ou até mesmo cortar os investimentos sociais do Estado brasileiro em áreas como educação, saúde, previdência e outras por vinte anos.

A política Cultural do Brasil ainda é jovem, e já sofreu com o triste histórico de golpes na nossa democracia que atingiram em cheio e desestruturaram as nossas políticas públicas de cultura. Ainda assim temos na história do Ministério exemplos de resistências e de fortes tensionamentos e ativa participação da sociedade civil em luta para a construção e fortalecimento das políticas públicas de cultura. O Movimento “Fica Minc” é um bom exemplo disso.

Graças ao movimento “Fica MinC” conseguimos o Ministério da Cultura de Volta, só que a instabilidade, e escândalos de corrupção envolvendo ministros e o troca-troca de ministros é quase que uma constante neste governo ilegítimo e golpista de Temer. Em menos de um ano, pasta foi extinta, reativada e já teve três ministros diferentes.



Depois dessa longa trajetória que trilhamos, a impressão que tenho é como se alguns anos atrás nós tivéssemos caminhado alguns passos firmes na construção e consolidação de políticas públicas, mas que no presente tudo foi desfeito e nos encontramos agora em um precipício, onde não temos mais direitos assegurados nem mesmo pela nossa constituição. Pois a PEC 241, também apelidada de a PEC da Morte, representa o desmonte de muitos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

Parafraseando Celso Furtado, a distância entre o que fomos e o que poderíamos ser nunca foi tão grande! E infelizmente essa distância tem-se acentuado cada vez mais nos últimos tempos. A América Latina e o Brasil vivem destes ciclos de interrupções e re-começos.

Sendo assim a proposta do presente artigo é analisar a trajetória institucional do Ministério da Cultura e sua estreita relação com o Estado brasileiro. E as reflexões e inquietações aqui analisadas surgiu a partir do interesse da presente autora pelo pesquisa e estudo de políticas culturais e que em meio a esse processo sentiu uma necessidade de compreender as elaborações e criações de políticas públicas de cultura a partir do histórico de criação do Ministério da Cultura.



II. Uma breve trajetória institucional do Ministério da Cultura e o Estado brasileiro

O Brasil teve um Ministério da Cultura criado pela primeira vez em 1985 (Decreto 91.144 de 15/03/1985), após a redemocratização política do país. Em 1980 o país experimentou um processo de democratização política, o que motivou a criação de políticas culturais nos estados e a articulação dos secretários de cultura, que passaram a demandar a criação de um ministério da cultura, o qual veio a ser instituído em 1985.

A criação do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura, em 1983 e 1984, acelerou o debate sobre as políticas públicas de cultura. Segundo Ângelo Oswaldo (*apud* SILVA, 2011b), ex-presidente do IPHAN, as reuniões do Fórum de Secretários serviam para estimular o debate, mas houve muitas outras reuniões. Na verdade, toda a classe artística, os meios intelectuais e acadêmicos, a juventude, com movimentos diversos das comunidades, se mobilizavam em torno da política pública de cultura, do debate cultural e da necessidade da cultura. E a cultura apareceu, naquele momento, como o grande espaço de convergência dos movimentos democráticos.

Vale ressaltar que não era consenso entre os diferentes grupos a criação de um Ministério da Cultura separado do Ministério da Educação, com relação a isso houve muitas divergências com avaliações diferentes sobre as possibilidades que esta criação traria no tocante ao aumento dos recursos financeiros para a área. No entanto, a ideia tomou forma e o MinC foi criado em 1985. Havia quase que um movimento de euforia em torno do Ministério da Cultura. Com a morte de Tancredo Neves, foi o presidente Sarney quem implantou a pasta da cultura. Vale destacar os primeiros anos do MinC e do texto constitucional não implicaram estabilidade e aumento de recursos institucionais e financeiros para a área.

Anteriormente a criação do Ministério da Cultura a ideia era a de que cultura referia-se ao clássico da literatura, das artes cênicas, da expressão corporal e tudo mais. Não se tinha a dimensão daquilo que o Celso Furtado chamava de “cultura como melhoria da qualidade de vida”. Ou seja, na perspectiva do ser humano, na sua integralidade. Ou ainda a concepção de cultura como um direito.



Foi o ministério que ajudou a introduzir na Constituição brasileira aspectos da cultura para além das artes e das letras.

A principal mudança trazida pela Constituição é o ganho da noção de cultura como dever do Estado e direito do cidadão: “Antes o Estado tinha que amparar a cultura. No novo texto, a cultura se torna um direito do cidadão. Então o Estado tem também que assegurar o acesso à cultura e à conservação dos bens culturais”.

Outro ponto em destaque foi o reconhecimento e atenção de outros aspectos importantes da cultura, como as diversas manifestações culturais existentes no país e a criação de leis de incentivo a cultura.

Aluísio Pimenta se constitui de fato o primeiro ministro da cultura, pois assume o lugar de José Aparecido de Oliveira, que ficou no cargo nos dois meses iniciais. Pimenta fica no ministério de 1985 a início de 1986, nesse breve tempo foi discutida a criação da primeira lei de incentivo a cultura, nomeada como “Lei Sarney”, que não chegou a ser implementada na sua gestão. Depois foi criada a Lei do Audiovisual, que deu muito apoio ao cinema nacional no Brasil e no exterior.

Em substituição a Aluísio Pimenta assume o economista Celso Furtado. Furtado foi o grande responsável pela estruturação e consolidação do Ministério da Cultura. Durante a sua gestão foi conceituada uma política pública de cultura que compreende a cultura no seu sentido amplo e deve ser aquilo que aprimora a qualidade de vida do cidadão. Furtado foi quem também conseguiu implementar a Lei Sarney e que em menos de quatro ano de vigência, a Lei foi extinta em 1990 durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

O governo Collor de Mello é marcado por uma instabilidade institucional muito grande, que não era somente uma instabilidade institucional do ministério, era uma instabilidade institucional da política brasileira que repercutia no ministério. Collor desfez com todas as leis de incentivo a cultura e extinguiu o próprio Ministério da Cultura. Isso representou um retrocesso enorme para o campo da cultura.

O Brasil contemporâneo aqui circunscrito compreende desde o processo de Democratização ou de Re-Democratização e a experiência tardia, intensiva e dependente do Estado brasileiro de ajuste ao capitalismo financeirizado, a partir de 1990, submetendo o Estado aos ditames de



expansão do capital, na configuração de um Estado Ajustador – Estado que ajusta e ajusta-se às imposições dos padrões de acumulação capitalista. (CARVALHO E GUERRA, 2016, p. 5-6) aos dias atuais.

Então, desde já é importante ressaltar que este período é marcado por fortes tencionamentos e embates entre os interesses daqueles que lucram com o capital financeiro à custa do Estado e os que lutam para assegurar os direitos sociais instituídos pela Constituição Cidadã. Segundo Carvalho e Guerra (2016)

As configurações desse Estado Ajustador pode até não terem sido as mesmas nesses vinte ou trinta anos, mas fora forte o bastante para imprimir seus interesses. Ao analisar criticamente as trajetórias do governo de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Depois Fernando Henrique Cardoso (FHC) que seguem a risca os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização e processos de privatizações das empresas estatais também se intensificaram nesses governos.

Foi em janeiro de 1990, quando o presidente Collor assumiu, que o Ministério da Cultura foi desativado e atrelado a Presidência da República como uma Secretaria, cujo secretário era Ipojuca Pontes. Seguindo a cartilha modelo do Estado ajustador Collor desestrutura o ministério e desfaz com as principais leis de incentivo a Cultura.

O Ministério da Cultura foi restaurado no Governo Itamar Franco e com ele tornou-se viável a implementação de algumas leis de incentivo a Cultura, como a Lei do Audiovisual, que tinham sido extintas no Governo Collor.

O governo Lula (2003-2010) um pouco diferente daqueles que lhe antecederam consegue construir e manter um equilíbrio de forças do capital e do trabalho, desenvolvendo um governo de ajuste ao capital mundializado, em meio à adesão passiva das massas, que, a partir de então, passavam a vivenciar uma experiência de “cidadania pelo consumo”. (CARVALHO & GUERRA, 2015).

Depois da Era Lula quem assume o poder é Dilma Rousseff que inicia seu primeiro mandato (2011-2014), em um contexto mundial de agravamento da crise estrutural do capital. Os tempos seguintes não serão nada fáceis! O governo Dilma Rousseff assim como o Governo Lula tenta a



política de conciliação, ou seja, satisfazer os interesses do capital externo com políticas e ajuste e tentar desenvolver o país. O Governo de Dilma Rousseff deixa-se pressionar por setores da direita, onde representantes da Bancada Ruralista (frente parlamentar que atua em defesa dos interesses do agronegócio) consegue aprovar o Novo Código Florestal em benefício dos processos de expropriação e acumulação por espoliação do capital em territórios brasileiros. E o próprio governo faz alianças com essas forças, por exemplo, quando Kátia Abreu (empresária, pecuarista e senadora pelo estado do Tocantins) assume o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo governo de Dilma Rousseff.

Em meio a esse contexto de crise de governabilidade e de insatisfação dos brasileiros com os serviços públicos de Saúde, Educação, Moradia, Cultura e Mobilidade Urbana as pessoas vão às ruas reeinvindicar melhorias nesses serviços e criticar o Governo pelos altos investimentos que estavam sendo feitos em obras “faraoarquitetônica” para serem utilizadas na Copa do Mundo de Futebol 2014 e sem falar das atrocidades que foram cometidas a comunidades que tiveram que ser “removidas” de áreas que seriam usadas para a montagem do grande circo que fora esse evento da Copa do Mundo.

Depois acontecem outras manifestações com outros atores em cena. Dessa vez a classe média e a elite brasileira do alto dos seus apartamentos localizados nas zonas nobres das grandes cidades brasileiras batem panelas em protesto contra o pronunciamento da Presidenta Dilma.

A partir daí os tensionamentos se acirram entre os diferentes grupos que compõe a sociedade civil. De um lado os que são contrários ao governo Dilma e do outro ou que defendem a permanência de Dilma no poder. Pelo Brasil a fora acontecem manifestações dos dois lados. Os escândalos de corrupção envolvendo políticos da base aliado ao governo e a impopularidade da Presidente Dilma crescem e causam um clima de grande instabilidade política e econômica. Com o apoio da mídia, do Judiciário e da maioria dos congressistas tem-se início no país um Golpe travestido de “impeachment”.



III. Criação de uma nova política pública cultural no Brasil e seus paradigmas: Era Lula (2003-2010)

A realidade das políticas públicas culturais no Brasil tinha tradicionalmente a valorização da “alta cultura” e o folclore como marcadores identitários de nossa cultura. As formas de financiamento e fomento eram basicamente através da renúncia fiscal. A renúncia ou dedução fiscal acontece quando os tributos são instituídos para serem arrecadados. Entretanto, para atingir outros fins de interesse do Estado, este pode abrir mão de parte da arrecadação, a fim de incentivar determinadas atividades, como por exemplo, a área da cultura.

A partir desse breve contexto podemos compreender o quanto frágil e limitada era a participação e o envolvimento dos agentes e gestores culturais nos modos de fazer e formular as políticas públicas culturais. Até porque as mesmas se restringiam às leis de incentivos e devido à política fiscal, o papel do Estado ficava cada vez mais restrito atuando apenas como aparato burocrático para tramitação de projetos e prestação de contas. A decisão sobre quais projetos deveriam ou não ser financiados cabia quase que exclusivamente às empresas patrocinadoras. O Estado tinha assim sua participação e o seu papel na articulação e deliberação das políticas públicas culturais do país comprometidas.

Nos oito anos de governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) estive à frente do Ministério da Cultura o cientista político Francisco Weffort. Nesse período, a política cultural teve como seu fundamento ideológico a proposição de que a “cultura é um bom negócio” e como principal suporte as leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual - A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura. Essa lei é conhecida também por Lei Rouanet (em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura de quando a lei foi criada. A Lei do Audiovisual, oficialmente Lei Federal 8.685/93, é uma lei brasileira de investimento na produção e co-produção de obras cinematográficas e audiovisuais e infra-estrutura de produção e exibição.)



Tal opção se alinhava com a política mais ampla do governo FHC, apoiada no ideário neo-liberal, de privatização das empresas públicas e consequentemente a diminuição do papel do Estado. Segundo Brant:

A centralidade da Lei de Incentivos na gestão das políticas públicas de cultura trouxe uma sensação de desvio de função do dinheiro público, pois as empresas eram incentivadas pelo próprio governo a utilizar eventos culturais como forma de comunicação empresarial, por meio de uma cartilha intitulada *Cultura é Um Bom Negócio*. (Brant, 2009, p.66)

A escolha desse modelo teve consequências graves para o campo cultural do país, pois com o passar do tempo, as empresas passaram a patrocinar os eventos basicamente por meio das leis, e o que deveria ser uma legislação para atrair o empresariado para o patrocínio da cultura, tornou-se um instrumento de acomodação. Ou seja, de um modo geral, as empresas só investem em marketing cultural se puderem deduzir o valor investido do imposto devido ao Estado, de preferência integralmente.

Rubim enumera as principais críticas feitas pelos analistas a este tipo de gestão cultural:

1. O poder de deliberação de políticas culturais passa do Estado para as empresas e seus departamentos de marketing;
2. Uso quase exclusivo de recursos públicos;
3. Ausências de contrapartidas;
4. Incapacidade de alavancar recursos privados novos;
5. Concentração de recursos. Em 1995, por exemplo, metade dos recursos, mais ou menos 50 milhões, estavam concentrados em 10 programas
6. Projetos voltados para institutos criados pelas próprias empresas (Fundação Odebrecht, Itaú cultural, Instituto Moreira Sales, Banco do Brasil etc.);
7. Apoio equivocado à cultura mercantil que tem apoio comercial;
8. Concentração regional de recursos. (Rubim, 2007, pp. 27-28)

Pelas críticas acima citadas podemos perceber que a política de dedução fiscal favorece a retirada gradual do Estado de várias esferas culturais, instalando definitivamente o neoliberalismo no campo da cultura. E historicamente como bem afirmou Durand (2001) temos alguns anacronismos, ambigüidades, indefinições e vazios da gestão cultural pública.

O entendimento da cultura como mercadoria a ser negociada ditou a política cultural do governo Fernando Henrique Cardoso e o ministério da cultura tornou-se um “balcão de negócios”, restringindo e limitando sua atuação enquanto uma instituição governamental responsável pela articulação entre o poder público e a sociedade civil na democratização e elaboração de políticas culturais que assegurem os direitos culturais dos cidadãos brasileiros.



Para Botelho (2001) a produção cultural brasileira concentrava sua atividade basicamente nas leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais. E os recursos orçamentários dos órgãos públicos, em todas as esferas administrativas, eram tão pouco significativos que suas próprias instituições tinham que concorrer com os produtores culturais por financiamento privado.

Esse modelo de políticas públicas culturais adotadas nesse período representou um atraso tanto com relação ao cenário mundial quanto aos direitos que a nossa própria constituição nos assegura. No caso brasileiro, enquanto a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deu um importante passo nas garantias do compromisso do Estado com a cultura, as fontes de financiamento público não foram definidas de forma clara. Conforme o Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Rubim aponta algumas reflexões sobre esse contexto de ausências:

A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo. Outra vez mais a articulação entre democracia e políticas culturais se mostrava problemática. O estado parecia persistir em sua ausência no campo cultural em tempos de democracia (Rubim, 2007, p.25)

As políticas culturais são construídas, a partir das ações e dos ideários convergentes ou divergentes dos diferentes grupos que compõe a sociedade, não são somente aquelas elaboradas e oficializadas pelo Estado. Os governos podem impor suas políticas culturais assim como também a sociedade civil organizada em grupos e associações criam suas próprias políticas. As políticas culturais são dinâmicas, temporais, sociais e culturalmente construídas.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como presidente, com o cargo de ministro da cultura sendo ocupado pelo músico e compositor Gilberto Gil. Tem-se o início de uma discussão com a sociedade sobre a necessária retomada do papel do Estado no campo cultural, buscando o conceito de política pública como o norteador das políticas culturais.



O novo governo propõe a ampliação do conceito de cultura, significando os modos de vida, e a dimensão simbólica e criativa da existência social brasileira, articulada em suas dimensões econômicas e cidadãs. O alvo prioritário das políticas culturais passa a ser a população como um todo, mudando o foco dos grupos privilegiados da sociedade como produtores e artistas, ou a elite consumidora dos espetáculos.

O Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008), inaugura uma política cultural voltada ao modelo de gestão compartilhada, tendo como pilares os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo social. A gestão do Ministro Gilberto Gil formulou uma política pública focada na diversidade cultural e no diálogo com a sociedade civil. Em um de seus discursos o ministro afirma que:

[...] toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de *do-in* antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país... (Gil, 2003, p.3)

Além da reestruturação administrativa, podemos afirmar que o Ministério passou por uma reestruturação conceitual. Quando Gil (2003) afirma em seu discurso de posse “que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante”.

A política de eventos é substituída por uma política contínua, de longo prazo, que propõe a cultura como um direito de todos os cidadãos, dando início a um processo de reorganização da cultura.

A proposta de criação de uma iniciativa governamental executada de forma descentralizada, que articulasse as diferentes esferas do poder público e integrasse a cultura com a comunicação ganhou corpo e destaque nos discursos e formulações de programas e políticas públicas. A esta orientação, foi acrescida a perspectiva cidadã de promover a participação de grupos sociais, o incentivo às expressões culturais enraizadas nas comunidades locais e a conexão entre cultura e educação.



A criação do Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultural, Fundo Nacional de Cultura e as Conferências Nacional de Cultura foram as marcas dos governos petistas que tinham a intenção de não somente implementar políticas de governo e sim políticas de Estado.

Mas infelizmente muitas outras questões estruturais ainda persistem, como por exemplo, as inconstâncias e instabilidades dos gestores para assumir o ministério e um orçamento ainda irrisório para uma área tão importante e estratégica que é a cultura.

Mas todos esses ares de mudança e de construção de uma política pública cultura, que se sustentasse independentemente de diferentes governos estava com os dias contados quando sofreremos um Golpe disfarçado de impeachment.

O Golpe foi aprovado facilmente pelo Congresso Brasileiro, mas isso não é de se admirar, pois temos um dos congressos mais reacionários e conservadores de todos os tempos da nossa história. Em 2016 Dilma Rousseff foi afastada do cargo de presidente e o Vice - presidente Michel Temer assume o poder. A partir daí sofreremos um retrocesso enorme de algumas políticas públicas.

A primeira ação do governo Temer foi a extinção do Ministério da Cultura – MINC e torná-lo um mero apêndice do Ministério da Educação. Se essa já é a primeira decisão, desse governo golpista, então imagine o que virá! A extinção do MINC não se sustentou por muitos dias, pois devido forte pressão de artistas, produtores culturais e pesquisadores que ocuparam pelo Brasil a fora as sedes de alguns equipamentos culturais como o IPHAN, por exemplo, reivindicaram a volta do MINC. Poucos dias depois Temer volta atrás na sua decisão. Observa-se uma instabilidade nas estruturas administrativas culturais, com criações e dissoluções constantes. Segundo Calabre (2005), por exemplo, no caso do Estado brasileiro podemos perceber um movimento de constante descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura. É um processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos.



VI. Considerações Finais

Depois dessa longa trajetória que trilhamos, a impressão que tenho é como se alguns anos atrás nós tivéssemos caminhado alguns passos firmes na construção e consolidação de políticas públicas, mas que no presente tudo foi desfeito e nos encontramos agora em um precipício, onde não temos mais direitos assegurados nem mesmo pela nossa constituição. Pois a PEC 241, também apelidada de a PEC da Morte, representa o desmonte de muitos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988.

Parafraseando Celso Furtado, a distância entre o que fomos e o que poderíamos ser nunca foi tão grande! E infelizmente essa distância tem-se acentuado cada vez mais nos últimos tempos. A América Latina e o Brasil vivem destes ciclos de interrupções e recomeços. Essa é nossa trágica tradição.

O presente percurso analítico ampliou nossos olhares e percepções sobre o conceito de Estado, as relações estabelecidas com os diferentes grupos que compõe a sociedade civil e os processos históricos, econômicos e políticos que teceram e tecem o tecido social da sociedade brasileira.

Nesse breve caminhar sobre a trajetória institucional do MinC e do Estado brasileiro podemos perceber o quão frágil são os poderes de articulação da sociedade civil para romper com as estruturas e os estamentos burocráticos de grupos oligárquicos que se revezam no poder do Estado para assegurarem os seus privilégios. Acredito que precisamos cada vez mais ampliar nossos horizontes de atuação para assim rompermos com as dominações de grupos oligárquicos que usam o Estado em benefício próprio.

Essa é a grande contradição que a gente vive na democracia, não só brasileira, mas contemporânea. Na América Latina isso é latente. Essa é a crise da democracia: o poder do grande capital, da informação, de decisões fundamentais está na mão de poucas pessoas, instituições e famílias. Os donos das regiões, das cidades são os mesmos que estão no congresso. “É assim que o grupo do BBB (boi, bala e bíblia), amalgamado, detém o poder e dita os destinos da nação, defere os golpes e coloniza o imaginário.” Como bem disse Eryk Rocha (filho do grande cineasta brasileiro Glauber Rocha). Como a gente pode se organizar para criar outra multidão, que tenha sua voz representada e respeitada? A internet tem um papel vital nisso tudo. Existem muitas coisas que



estão sendo germinadas e gestadas nesses novos movimentos, nessa grande manifestação que está acontecendo. Essa multidão está criando uma nova forma, e essa é a questão da nova democracia. Esse novo vai vir das multidões e individualidades que juntas vão formar um novo coletivo.

Mas precisamos antes de tudo, como bem disse o gramsciano Lúcio Oliver Costilla debater o Estado para disputar o Estado, mudar e transformar o capitalismo e confrontar o capital (...). Agora a pergunta seguinte que Costilla nos desafia a pensar é: Como disputar o Estado para empoderar a sociedade que precisa se desenvolver organizativa, política, cultural e ideologicamente na perspectiva de aprofundar a democracia para criar um espaço crítico popular majoritário na sociedade civil, em um projeto distinto de sociedade política ?

Acredito que o momento atual do qual estamos passado no nosso país seja um tempo propício e provocativo para o despertar dessas reflexões, pois é um momento de limite, de ruptura, de tensão social e transbordamento. As tensões sociais estão se acirrando. O país está polarizado. Existe uma energia, uma tensão latente nas ruas, nos lugares.



V.Referências

Alba Carvalho, e Eliana Guerra. 2016. “Brasil no século XXI na geopolítica da Crise: para onde apontam as utopias”, Revista Políticas Públicas. Número Especial, 267-280.

_____. 2015. Brasil contemporâneo: A equação Estado/Sociedade em distintos momentos da vida brasileira (1980-2015).

Brant, Leonardo. 2009. O poder da cultura. São Paulo: Ed. Peirópolis.

Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília.

Calabre, Lia (Org.). 2005. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa.

Durand, José Carlos. 2001. Cultura como objeto de política pública. São Paulo.

Frederico A Silva e Suylan Midlej. 2011. “Políticas públicas culturais: a voz dos gestores”. Brasília: Ipea.

Gil, Gilberto. 2003. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura.

Isaura Botelho. 2001. “As dimensões da cultura e o lugar das Políticas públicas”, Revista São Paulo em perspectiva. 15: 1 – 18.

MinC. Plano Nacional de Cultura. 2008. Brasília: Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados.

Rubim, Antônio Albino Canelas. 2007. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”, Em Albino Rubim e Alexandre Barbalho. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA.

Silva, Frederico A. 2010. Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: Ipea.